

## **BRASIL 500 ANOS – ESG 50 ANOS**

*Sérgio Xavier Ferolla(\*)*

A missão síntese da Escola Superior de Guerra é pensar Brasil.

Poucas lideranças do nosso País compreenderam o significado da formação de uma consciência nacional, capaz de contra-argumentar e reagir, se necessário, frente às pressões internas e, principalmente, externas, cada vez mais influentes no mundo atual, buscando denegrir o conceito de Estado-Nação, em benefício de interesses de toda ordem, mas em tempo algum, do interesse maior da sociedade brasileira.

Lapidadamente sintetizado em seus Fundamentos Doutrinários, “inspira-se a ESG nos valores da preeminência da pessoa, da liberdade individual e da igualdade e fraternidade entre os homens, adotando como alvo social o conceito do bem comum, ideal de convivência que, transcendendo a busca do bem estar, construa uma sociedade onde todos tenham condições de plena realização de suas potencialidades e do exercício consciente de valores éticos, morais e espirituais”.

Assim, quando se fala em Segurança e Desenvolvimento, a despeito das dificuldades e ambigüidades, o Estado brasileiro obriga-se, diante das novas realidades, a tentar desenvolver uma estratégia de progresso econômico, social, político e cultural, aliada a uma capacidade de atuação das Forças Armadas suficiente e capaz de inibir quaisquer intenções de desrespeito às regras da convivência internacional e da soberania.

Dentro do que chegou a ser chamado de “a nova ordem mundial”, todos esses princípios passaram a enfrentar óbices quase que insuperáveis, frente a uma realidade internacional manipulada por

estruturas hegemônicas que, pela força do poder econômico e militar, buscam impor às nações soberanas suas visões deformadas dos melhores rumos para a humanidade.

Em um excelente trabalho recentemente publicado, “500 anos de periferia”, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), do Ministério das Relações Exteriores, retrata de forma precisa e didática a evolução do cenário internacional ao longo dos 500 anos da história do nosso País e os óbices sempre atuantes em detrimento do desenvolvimento nacional.

No século XVI, as diversas regiões da América Latina passaram a ser domínios das potências européias da época, Espanha e Portugal, que “ao não acompanharem o ciclo da evolução capitalista, passaram a sobreviver não pelas suas forças produtivas, mas principalmente pela espoliação colonial”.

Forçadas pela irreabilidade de suas políticas, viram-se obrigadas a assinar tratados perniciosos com a Inglaterra, como o de Methuen, enquanto impunham às colônias “regime de monopólio comercial e de proibição de desenvolvimento industrial e cultural”. Como decorrência, particularmente para o Brasil, ao conquistarem a independência, as ex-colônias “rapidamente se colocaram sob a proteção inglesa, assumindo um status semicolonial, devido aos tratados celebrados”.

Tal processo de dominação evoluiu para outros atores, como consequência das duas Grandes Guerras e, especialmente após 1945, a liderança dos Estados Unidos firmou-se no cenário internacional.

Em sua análise fundamentada e cautelosamente imparcial, o autor situa o Brasil como um “grande país periférico” e esclarece que “grandes Estados periféricos são aqueles países não desenvolvidos, de grande população e de grande território, não inóspitos, razoavelmente passíveis de exploração econômica e onde se constituíram estruturas industriais e mercados internos significativos. O cenário e a dinâmica em que atuam os grandes Estados periféricos não são novos e imparciais, mas se organizam em torno de estruturas hegemônicas de poder político e econômico”.

O autor distingue com clareza o conceito de estruturas hegemônicas e de Estado hegemônico, este como “o Estado que em função de sua extraordinária superioridade de poder econômico, político e militar em relação aos demais Estados, está em condição de organizar o sistema internacional em seus diversos aspectos, de tal forma que seus interesses de toda ordem sejam assegurados e mantidos, se necessário pela força, sem Potência ou coalização de Potências que possam impedi-lo de agir”. E acrescenta que “o conceito de estruturas hegemônicas é mais flexível e inclui vínculos de interesse e de direito, organizações internacionais, múltiplos atores públicos e privados, a possibilidade de incorporação de novos participantes e a elaboração permanente de normas de conduta; mas no âmago dessas estruturas estão sempre os Estados nacionais”.

Exemplifica como estratégia de preservação e expansão das estruturas hegemônicas de poder as organizações internacionais sob seu controle, tais como o Conselho de Segurança da ONU, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), o Grupo dos Sete (G-7), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a União Européia, o North American Free Trade Association (NAFTA), a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros.

Tais Organizações exercem um papel estratégico na “elaboração de ideologias e de sugestões políticas, a serem seguidas pelos governos dos Estados periféricos, já que, por razões óbvias, os governos dos países centrais não levam em consideração as sugestões de políticas quando são, muito raramente, feitas por tais agências”.

Suas ideologias são elaboradas de forma a serem “percebidas como neutras, desinteressadas, ou melhor ainda, de interesse geral, imparciais, verídicas e verossímeis”.

Sempre que a realidade demonstra o contrário, “são substituídas por outras ideologias que desmentem, ridicularizam e se apresentam como novas e agora sim, verdadeiras”. “Assimiladas pelos

meios de comunicação dos países periféricos e por suas elites cooptadas, são apresentadas às populações periféricas como científicas, imparciais, benéficas e únicas”.

A tal estratégia se soma “à formação, nos países da periferia, de elites e de quadros simpáticos e admiradores das estruturas hegemônicas de poder”. “Tais indivíduos se tornam elementos de grande importância para as estratégias de preservação das estruturas hegemônicas, na medida em que vêm a ocupar posições de destaque na vida pública e privada dos países da periferia”.

A participação da maioria dos países da periferia nos organismos internacionais faz-se essencial, para dar legitimidade e validade universal às normas estabelecidas e à eventual aplicação de sanções “internacionais” contra os infratores.

“No centro das estruturas hegemônicas se encontram as Grandes Potências e, dentre elas, a Super Potência – Os Estados Unidos da América do Norte –, o único Estado com interesses econômicos, políticos e militares em todas as áreas da superfície terrestre, na atmosfera e até no espaço sideral, e o grande responsável pela criação das estruturas hegemônicas que lideram”.

Em termos mundiais, “a grande estratégia militar dos Estados Unidos poderia ser resumida na idéia de manter a hegemonia militar adquirida na Segunda Guerra Mundial, em termos de presença e de liderança tecnológica, de modo a garantir a expansão econômica pacífica dos interesses americanos, o bem estar e a segurança da sociedade americana”.

“A estratégia política americana para a América Latina tinha e tem como objetivo principal manter e preservar a Doutrina Monroe e estruturar um organismo hemisférico que legitime as intervenções militares americanas, quando estas se fizerem necessárias”.

Solidificando os conceitos doutrinários da ESG, afirma ainda que “a despeito dos argumentos sobre o gradual desaparecimento do Estado e de sua substituição por organizações não governamentais ou pelas grandes empresas transnacionais, o fato é que o Estado foi, é, e continuará a ser o principal ator do sistema internacional”. “A nenhum analista, norte-americano ou não, que anuncia o “fim do Estado nacional”, ocorre imaginar ou sugerir que o Estado norte-americano esteja em vias de desaparecimento”.

Ao transcrever os conceitos fundamentais analisados pelo autor em seu magistral trabalho “500 anos de periferia”, buscamos focar alguns pontos doutrinários da ESG, frontalmente contestados pela atual estrutura dominante internacional.

Em 1949, com uma nítida percepção da realidade mundial ao final da 2ª Grande Guerra e “de seus desdobramentos mutantes por definição e causalidade, surgia o trabalho, abnegado e esclarecido, de um punhado de brasileiros eméritos com vistas ao advento de entidade destinada a realização de altos estudos de política e estratégia”.

Nesse ano de 1999, já no limiar do Século XXI, mais do que nunca estão válidos os fundamentos doutrinários da ESG, elaborados e aperfeiçoados ao longo dos cinquenta anos de frutíferos trabalhos.

O quadro permanente e os estagiários da ESG e ADESG, refletindo uma síntese do tecido social brasileiro, bem como todos os cidadãos atentos aos valores da nossa pátria, em busca de uma nação justa e soberana, deverão prosseguir labutando pela formação de uma consciência nacional imune às investidas da mídia comprometida, das falsas elites e pretensos intelectuais, habilmente preparados para atuar no jogo do poder internacional, em detrimento dos reais anseios da nossa sociedade.

Não nos interessam modelos importados, por mais elaborados que se apresentem e qualquer que seja sua origem, uma vez que não atendam a um princípio fundamental – o interesse nacional.

O desenvolvimento de uma nação não se mede tão-somente pelas variáveis comuns das estatísticas econômicas, mas principalmente pela existência de um clima de liberdade e de igualdade de oportunidades para todos os cidadãos e pela capacidade de atendimento às necessidades de alimentação, trabalho, saúde, educação e segurança de seu povo.

O debate em torno do Estado versus mercado, o radicalismo “neoliberal” contra o denominado estatismo perde sentido, diante da realidade concreta do País. Trata-se de uma discussão falsamente ideológica e movida por interesses particularistas. É ridículo falar-se em tamanho do Estado, quando a questão está na sua natureza e função.

*Todos esses fatos reforçam a necessidade de uma postura de cautela, com a definição de um Projeto Nacional, que estabeleça os objetivos almejados pela sociedade, segundo um modelo próprio de desenvolvimento, com base nas vocações e características do nosso país e não atrelado e dependente das soluções alienígenas, quase sempre encaminhadas para o atendimento de interesses subalternos.*

Contrariamente à falácia dos defensores dos falsos conceitos de modernidade, quase sempre orientados por interesses alienígenas e impatrióticos e manipulados pela mídia, formando a opinião de considerável massa de desavisados e/ou alienados para com as questões nacionais, as agruras da realidade mostram que, nessa era de incertezas, os povos sentem e suas elites devem por força reconhecer que é ainda no instituto do Estado-Nação que repousam as maiores esperanças de conseguir a satisfação de suas necessidades e aspirações.

(\*) *Ten.-Brig.-do-Ar SÉRGIO XAVIER FEROLLA*  
*Ministro do Superior Tribunal Militar*  
*Ex-Comandante da Escola Superior de Guerra*